

Aumento de 0,2%? Não, obrigado!

À quarta sessão de negociações, as Instituições de Crédito (IC) avançaram com uma proposta de 0,2% de aumento nas tabelas. E à revisão do clausulado proposta pelo Mais Sindicato e o SBC, responderam com o “não” habitual. A falta de consideração pelo trabalho dos bancários, não sendo surpreendente, é chocante.

As negociações de revisão do ACT do setor bancário e respetivas tabelas têm estado marcadas por percalços, especialmente devido aos efeitos da pandemia de Covid-19.

Depois de os Sindicatos apresentarem uma proposta de revisão de tabela, cláusulas de expressão pecuniária e de outro clausulado, as sessões entre as partes foram suspensas em março.

No entanto, ainda no final de março e já utilizando oportunisticamente os efeitos então imprevisíveis da pandemia, as IC manifestaram a intenção de não mexer na tabela e cláusulas de expressão pecuniária. Ou seja, uma proposta de 0,00% de aumento salarial.

Só no final de julho, após a quarta reunião – na qual as partes concluíram a discussão das propostas de revisão de clausulado apresentadas pelo Mais Sindicato e o SBC –, as IC comunicaram a sua disponibilidade de aplicar o risível aumento de 0,2% da tabela e cláusulas de expressão pecuniária.

Uns ridículos cêntimos

Se se fizer as contas, constata-se o ridículo da proposta patronal.

Veja-se alguns exemplos:

Exemplo	Valor atual	Aumento proposto
Subsídio de almoço	9,65€	0,2 cêntimos
Subsídio infantil	25,85€	0,5 cêntimos
Nível 6	996,21€	2€
Nível 8	1.132,86€	2,27€ (arredondamento)
Nível 10	1.359,65€	2,72€ (arredondamento)

O Mais Sindicato e o SBC estão indisponíveis para aceitar esta farsa de aumento salarial e esperam que as IC compreendam a necessidade de valorizar o trabalho dos bancários, que impulsiona os lucros dos bancos – e evoluam na sua posição, recompensando os trabalhadores e reconhecendo a importância da paz social. Já é tempo de os bancos serem empresas socialmente responsáveis!

Clausulado

Relativamente ao clausulado do ACT, os Sindicatos insistiram na necessidade de rever e atualizar a convenção coletiva, introduzindo algumas matérias. Em junho deu-se início à discussão das propostas apresentadas.

Não obstante a fundamentação económica que justifica a posição de ambas as partes, os Sindicatos consideram que há outras matérias importantes para os bancários e que têm de ser contratualizadas, como sejam promoções, férias, assédio no local de trabalho, direito a desligar e, fundamental, o teletrabalho.

À semelhança de anos anteriores, a postura das IC é “mais do mesmo”, não demonstrando qualquer abertura para a banca se adaptar à nova realidade. A sua resposta é perturbadora: “Estamos bem como estamos”.

O Mais Sindicato e o SBC repudiam veementemente este comportamento retrógrado, pois os bancários não estão bem como estão.

A falta de consideração pelo seu trabalho não tem reflexos em mais nenhum setor de atividade, apesar dos lucros que a banca vai anunciando.

Na quarta sessão de negociações concluiu-se a discussão das propostas sindicais. Ficaram todas suspensas, mas os Sindicatos não vão desistir do seu objetivo de incluir no ACT matérias de grande importância para os bancários.

As Direções